



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CAXIAS- CESC
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E FILOSOFIA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ANA LUIZA MORORO DOS SANTOS

A MULHER NA FAMÍLIA PATRIARCAL: Uma análise da construção social da
mulher no âmbito familiar.

CAXIAS - MA

2024

ANA LUIZA MORORO DOS SANTOS

A MULHER NA FAMÍLIA PATRIARCAL: Uma análise da construção social da
mulher no âmbito familiar

Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão / Centro de Estudos Superiores de Caxias, como exigência para a obtenção do grau de licenciatura em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Ma. Gleiciane Brandão
Carvalho

CAXIAS - MA
2024

S237m Santos, Ana Luiza Mororo dos

A mulher na família patriarcal: uma análise da construção social da mulher no âmbito familiar / Ana Luiza Mororo dos Santos. __Caxias: Campus Caxias, 2024.

43f.

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão – Campus Caxias, Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

Orientador: Prof^a. Ma. Gleiciane Brandão Carvalho.

1. Capitalismo. 2. Dominação. 3. Família. 4. Mulher. I. Título.

CDU 305-055.2

ANA LUIZA MORORO DOS SANTOS

A MULHER NA FAMILIA PATRIARCAL: Uma análise da construção social da
mulher no âmbito familiar

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Ciências Sociais da Universidade
Estadual do Maranhão / Centro de Estudos
Superiores de Caxias, como exigência para a
obtenção do título de licenciada em Ciências
Sociais.

Aprovado em: 06/09/2024

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente
GLEICIANE BRANDAO CARVALHO
Data: 11/09/2024 08:06:30-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Ma. Gleiciane Brandão Carvalho (Orientadora)

Universidade Estadual do Maranhão

Profa. Dra. Elizete Santos Santos

Universidade Estadual do Maranhão



Documento assinado digitalmente
PABLO ANDREY DA SILVA SANTANA
Data: 11/09/2024 08:36:17-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Me. Pablo Andrey da Silva Santana

Universidade Estadual do Maranhão

Dedico este trabalho, primeiramente a Deus, minha família e principalmente a minha mãe por todo apoio, e ao meu namorado e amigos, por todo apoio e incentivo para tornar esta jornada possível.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, pois sem ele nada disso seria possível, por tanto cuidado comigo e proteção ao longo desses anos de graduação, longe de casa e dos meus, por nunca ter me desamparado, nem ter deixado eu desistir desta realização na minha vida. Agradeço por tudo, por hoje está aqui finalizando mais uma um sonho que tanto te pedi em oração. Sou imensamente grata por tanto cuidado comigo.

A minha família por sempre está me apoiando, em especial a minha mãe Edilene, que fez o possível e o impossível para que a filha dela tivesse uma formação, e olha mãe deu certo, nós conseguimos! Gratidão por sempre fazer de tudo pra que não me faltasse nada, por não ter deixado eu desistir quando tudo parecia tão difícil, e se hoje eu estou prestes a me formar é por tanto esforço seu para que eu estudasse. Gratidão mãe por sempre acreditar em mim, no meu potencial, e por sempre me lembrar que eu sou capaz e por ter tanto orgulho de mim. Gratidão por ser meu porto seguro.

Ao meu namorado Pedro Henrique, por ser minha família durante esses anos longe de casa, gratidão por todo cuidado comigo por sempre me incentivar, e acreditar em mim mesmo quando nem eu mesma acreditava. Gratidão por ter vivido esse processo comigo e por tornar ele mais fácil, gratidão por tanto incentivo para a construção deste trabalho. Aos meus amigos, que estiveram ao meu lado durante esse período, e aos amigos que a graduação me deu, vocês contribuíram muito na minha vida, tanto pessoal quanto profissional.

Agradeço a minha querida orientadora professora Gleiciane Brandão Carvalho, por sua orientação e seu apoio para a realização deste trabalho, e por todas as contribuições, pois elas foram cruciais para a realização deste trabalho.

A Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais por todas as oportunidades que a mim foram oferecidas. Agradeço neste momento a todos os professores do departamento, que ao longo desses anos contribuíram imensamente com seus ensinamentos para minha vida pessoal e profissional.

Agradeço a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desse trabalho, meu muito obrigada.

“Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça, é preciso ter sonho sempre, quem traz na pele essa marca, possui a estranha mania de ter fé na vida”.

Milton Nascimento

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um estudo sobre a mulher na família patriarcal: uma análise da construção social da mulher no âmbito familiar, ou seja, mostrar de que forma prevalece esse conceito de patriarcado na nossa sociedade, nas nossas relações, e os obstáculos na permanência dessas famílias com ideias patriarcais. Para alcançar esse objetivo, realizamos estudos bibliográficos, utilizando artigos e livros como *A Criação do Patriarcado*, de Gerda Lerner, *Gênero, Patriarcado e Violência*, de Heleieth Saffioti, *O Patriarcado do Salário*, de Silvia Federici, entre outros autores que abordam essa temática. Fundamenta-se em estudos de teóricos como Pateman (1993), Perrot (2007), Pinsky (2009), Bourdieu (2012), Engels (1984), dentre outros que contribuíram para as áreas de estudo desta pesquisa. Os resultados revelaram que vivemos em um sistema patriarcal em que a classe predominante sustenta esse sistema em favor dos homens e para os homens. As mulheres, desde os primórdios, foram e são excluídas da história da humanidade, sendo educadas para serem doutrinadas e subordinadas à figura masculina, com destaque para a família patriarcal.

Palavras-chave: Capitalismo. Dominação. Família. Mulher. Patriarcado.

ABSTRACT

This study aims to present an analysis of women in the patriarchal family: an examination of the social construction of women within the family structure, specifically highlighting how the concept of patriarchy prevails in our society, in our relationships, and the challenges faced by families holding onto patriarchal ideals. To achieve this objective, we conducted bibliographic studies, using articles and books such as *The Creation of Patriarchy* by Gerda Lerner, *Gender, Patriarchy, and Violence* by Heleieth Saffioti, *Patriarchy of the Wage* by Silvia Federici, among others who address this theme. The study is grounded in the works of theorists such as Pateman (1993), Perrot (2007), Pinsky (2009), Bourdieu (2012), Engels (1984), among others who have contributed to the areas of research explored in this study. The results revealed that we live in a patriarchal system where the dominant class maintains this system for the benefit of men and by men. Women, since the dawn of humanity, have been excluded from history, educated to be indoctrinated and subordinated to the male figure, with the patriarchal family as a prominent feature.

Keywords: Capitalism. Domination. Family. Women. Patriarchy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CONCEITO DE PATRIARCADO	15
2.1 Estado como principal meio de legitimar o patriarcado	19
2.2 Patriarcado e o capitalismo	22
3 PATRIARCADO E A RELAÇÃO DE GÊNERO	25
3.1 Consequências do Patriarcado na vida das mulheres	28
4 A FAMÍLIA E O PROCESSO DE DESPATRIARCALIZAÇÃO	33
4.1 Família Patriarcal	33
4.2 Despatriarcalização	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

O papel social da mulher é posto com base no sistema patriarcal, por meio da distinção dos papéis sociais estabelecidos entre o público e o privado, com a divisão sexual do trabalho torna-se assim as mulheres inferiores aos homens.

Lerner (2019) afirma que:

O patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis. São ideologias que nos ensinam que as mulheres são naturalmente inferiores. Foi, por exemplo, por meio do patriarcado que se estabeleceu que o trabalho doméstico deve ser exercido por mulheres que não deve remunerado, sequer reconhecido como trabalho. (Lerner, 2019, p. 21)

Assim o patriarcado sustenta essa dominação masculina, tendo como base principalmente a família patriarcal. A família patriarcal é a célula de onde surge a maior parte da dominação patriarcal. (Lerner, 2019, p. 257). Contudo a mulher foi atribuída funções de cuidadora do lar e ao trabalho doméstico não remunerado, com base em ideologias que sustentam o sistema patriarcal, que se tornaram naturalmente aceitas e reproduzidas em instituições como a família. Deste modo o presente trabalho se propõe a analisar essa construção social da mulher nesse sistema patriarcal em específico na instituição familiar.

Este trabalho se justifica em razão da compressão da construção social que a mulher exerce perante a família patriarcal, visto que vivemos em um sistema desigual para com as mulheres, que sofrem dentro da família e são bastante limitadas ao seu papel dentro e fora do âmbito familiar.

Em síntese o interesse neste objeto de estudo se deu tanto em relação as convicções pessoais, como também em relação a caracterização da família patriarcal brasileira, e nos estudos em relação a essa temática e de como ela se apresenta atualmente.

Posto isso possibilita uma maior compreensão acerca do conceito de patriarcado, sobretudo possibilita identificar o maior domínio sobre questões que envolvem o patriarcado, o machismo e algumas atitudes que estão presentes em nossa sociedade, tendo maior domínio do assunto, logo essa pesquisa contribui de

forma benéfica para as questões de desigualdades entre homens e mulheres, destacando desta forma que o patriarcado está presente não somente na família, mas também em todas as nossas relações, e como ele ainda se mantém.

Lerner (2019) explica que:

Muitas mulheres acreditam que precisam de um homem protetor, e que isso está ligado a afeto. Existe uma chantagem emocional de perda de afeto da parte dos homens as mulheres que se rebelam. Quantas meninas já não ouviram que “papai não gosta” de garotas insubordinadas? No patriarcado, a rebeldia é tida como mau comportamento. (Lerner, 2019, p. 21)

Ademais existem famílias, onde as mulheres seguem princípios e ideais que lhes foram repassados por seus pais, e julgam como correto e adequado para a vida em família, e que a família ideal é a família na qual a mulher deve exercer seu papel de cuidadora, dona do lar e inferior ao marido. Esta família é denominada como família patriarcal, onde predomina a autoridade do pai, visto que o modelo de família patriarcal que aqui será discutido é a família patriarcal brasileira.

Em virtude disso muitas mulheres dependem exclusivamente dos parceiros, tendo pouca ou nenhuma autonomia financeira, dependendo do homem para prover a subsistência da família, como também na criação dos seus filhos, e muitas se sentem presas e se veem na obrigação de estar presa nesta relação. Ela também pode estar sujeita a normas e expectativas sociais rígidas quanto ao seu comportamento e conduta, sendo esperado que seja submissa e obediente ao marido.

O papel de provedor das necessidades materiais da família é, sem dúvida, o mais definidor da masculinidade. Perdido este status, o homem se sente atingido em sua própria virilidade assistindo a subversão da hierarquia doméstica. (Saffioti, 2015, p. 89)

Consoante a isso o estereótipo das tarefas domésticas ainda assim permanecem em algumas famílias atualmente, por conseguinte prevalece esse ideal de que a mulher tem como função cuidar dos afazeres da casa, e que não seria um serviço feito de maneira alguma pelo homem. Dessa maneira prevalece a ideia e a superioridade do homem sobre a família, embora existam inúmeros transformações que impulsionaram a igualdade de gênero, as situações mudam de acordo a cada família.

Assim sendo, a presente pesquisa, possui a seguinte problematização: porque ainda existem famílias dessa forma, qual a ideologia ainda utilizada de fato nessas famílias patriarcais, e qual a razão para a permanência desses princípios?

É fundamental identificar neste trabalho o objetivo geral: identificar os principais obstáculos na permanência de famílias com ideais patriarcais, como questões norteadoras, descrever de que forma prevalece a ideologia de que o homem é superior as mulheres, como também refletir sobre as ideologias machistas\patriarcais que estão sendo reproduzidas e identificar formas de apoio e incentivo para a quebra desses paradigmas patriarcais.

A abordagem adotada para a construção deste trabalho é de cunho qualitativo utilizando pesquisa bibliográfica, com base em artigos, livros, em obras, em trabalhos científicos, e autores que abordam essa temática.

A fundamentação teórica deste trabalho dialoga principalmente com os estudos de livros como A criação do Patriarcado, de Gerda Lerner, Gênero Patriarcado Violência de Heleieth Saffioti, O Patriarcado do Salário de Silvia Fedetici, e autores que abordam essa temática. Fundamenta-se em estudos de teóricos como Pateman (1993), Perrot (2007), Pinsky, (2009), Bourdieu (2012), Engels (1984) dentre outros que contribuíram nas áreas de estudo desta pesquisa. Ademais é por meio desses estudos específicos, que é possível a concretização desta pesquisa, em virtude do estudo sobre a família, sobre o patriarcado, o estudo de dominação do patriarca, e a relação do patriarcado com o estado.

No primeiro capítulo, *O conceito de patriarcado* conceituamos a palavra patriarcado para entender sua relação com a família e o papel da mulher dentro desta família, sobretudo seu contexto histórico. Ademais a importância que o estado teve para legitimar e institucionalizar este poder para com a superioridade dos homens em relação as mulheres, com destaque o advento do capitalismo que contribui expressivamente para que essas mulheres se tornassem oprimidas e limitadas ao trabalho de casa, de cuidadoras e dona do lar.

No segundo capítulo intitulado *Patriarcado e a relação de gênero*, tem como destaque esclarecer a relação entre patriarcado e gênero, uma vez que é por meio do patriarcado que ocorre a distinção de gênero construindo assim papéis específicos para as pessoas a partir de determinações biológicas com o objetivo de construir a

desigualdade, gerando assim consequências na vida das mulheres por meio dessa desigualdade em relações aos papéis designados para cada sexo.

No último capítulo, *A família e o processo de despatriarcalização*, é abordado a importância da família para a concretização do patriarcado e a influência desta para a dominação masculina em todos os âmbitos da sociedade. Em síntese é necessário desconstruir esse sistema patriarcal e desigual para com as mulheres, em busca de igualdade entre homens e mulheres.

2 CONCEITO DE PATRIARCADO

Neste capítulo será discutido o conceito do termo patriarcado na sociedade para o entendimento da sua relação com a instituição familiar, e assim entender de que forma isso influencia no papel da mulher diante da família e a relação entre família e patriarcado. Sobre tudo o seu contexto histórico e sua influência. Lerner (2019) assegura que:

Patriarcado em sua definição mais ampla, significa a manifestação e institucionalização da dominação masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão na dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral. A definição sugere que homens têm o poder em todas as instituições importantes da sociedade e que mulheres são privados de acesso a esse poder. (Lerner, 2019, p.290)

Contudo o termo patriarcado não se limita apenas a instituição familiar, mas, está presente em todas as instâncias da sociedade, como na religião, no trabalho, na violência, dessa forma o conceito de patriarcado é amplo, uma vez que ele faz parte do nosso convívio e do meio social que estamos inseridos, em todas as instituições podemos observar a dominação masculina, ou seja, a autoridade e o poder dos homens sobre as mulheres.

Quando se fala em patriarca ou patriarcado, tem-se a referência a autoridade do pai em relação a família, e consequentemente a autoridade do homem dentro da sociedade. A origem da palavra patriarcado é grega, vem da combinação de duas palavras gregas, pater (pai) e arkhe (origem e comando), significando assim, literalmente, “autoridade do pai”. Esse sistema patriarcal faz com que os homens tenham sempre poder em relação as mulheres no que diz respeito a estrutura da família e posteriormente em toda a sociedade. Por isso podemos observar que esse sistema está presente tanto na família quanto no modo que a sociedade está organizada.

O PATRIARCADO É UMA CRIAÇÃO HISTÓRICA formada por homens e mulheres em um processo que levou quase 2.500 até ser concluído. A princípio, o patriarcado apareceu como Estado Arcaico. A unidade básica de sua organização foi a família patriarcal, que expressava e criava de modo incessante suas regras e valores. (Lerner, 2019, P.261)

Partindo disso é necessário entender que com a criação do Estado Arcaico o conceito patriarcado se tornou uma criação histórica, uma vez que a família patriarcal era seu ponto central, então é necessário destacar como as definições de gênero afetaram integralmente a formação do estado, e assim os papéis do gênero masculino, e gênero feminino e consequentemente os comportamentos considerados apropriados para ambos os sexos.

Diante disso com o desenvolvimento da agricultura no período neolítico aos homens eram dados a função de chefe, com destaque nas representações do Estado, na agricultura, ou seja, nos setores econômicos da sociedade, já as mulheres eram destinadas a serviços sexuais e reprodutivos, e assim reproduzir mais filhos. Portanto as mulheres tornaram-se um recurso adquirido pelos os homens, sendo totalmente dominadas por eles, já que sua função era exclusivamente para suprir os desejos sexuais, e consequentemente produzir mais filhos que seria propriedade exclusiva dos seus senhores. Com isso além da dominação masculina diante das mulheres, também tinha a dominação do pai diante dos filhos. Nesse sentido o patriarca da família, a figura paterna tornou-se o chefe da família, caracterizando assim a família patriarcal, onde a figura paterna tem total domínio sobre os membros da família. Lerner (2019) diz que:

O patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina, baseandose em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis. São ideologias que nos ensinam que as mulheres são naturalmente inferiores. (Lerner, 2019, p.21)

Em todas essas instituições encontramos a presença do patriarcado se apresentando de forma bem natural, visto que por muito tempo não tiveram questionamentos em relação a esse sistema desigual em todas essas instituições, e que na maioria das vezes reproduzimos de forma natural, porque é assim que nos é passado, sem questionamentos.

Partindo disso as mulheres tornara-se propriedade exclusiva e de dominância do homem, essas mulheres eram trocadas, compradas para serem escravizadas e exploradas exclusivamente pela a figura masculina. Contudo o papel social da mulher foi estabelecido conforme sua função diante da sociedade. “O primeiro papel social da mulher definido pelo gênero foi ser trocada em transações de casamento.” (Lerner, 2019, p.263).

Todavia as mulheres escravizadas além da exploração para o trabalho, elas também eram exploradas sexualmente para a reprodução, com isso segundo Lerner os homens treinaram, para então escravizar outros povos, explorando suas mulheres primeiro. Sendo assim as mulheres eram exploradas, trocadas e vendidas, eram compradas em casamentos para beneficiar suas famílias. Sobretudo as mulheres negras sofriam uma exploração bem maior

Outro papel definido pelo o gênero para mulheres foi o de esposa “substituta”, o qual se tornou estabelecido e institucionalizado para mulheres de grupos de elite. (Lerner, 2019, p.263). Por conseguinte, diante de fatos históricos segundo Lerner foram atribuídos diversos papéis as mulheres, sendo eles sempre de maneira superior ao homem e com a mesma finalidade de explorar essas mulheres. Ademais é importante destacar a diferença nessa exploração que essas mulheres sofriam e sofrem nos dias atuais.

É preciso levar em consideração que as mulheres que não pertenciam a classes altas, sofriam e sofrem um impacto bem maior nessa exploração em relação as mulheres de classe alta, as mulheres que pertenciam as famílias com um poder aquisitivo maior sofrem essa exploração por outros meios, elas recebiam o papel de esposa substituta, na qual oferecia a essas mulheres consideráveis poder e privilégios, porém sempre dependendo dos seus maridos e no seu desempenho em satisfazer os desejos sexuais e reprodutivos dos seus companheiros, e se a mesma não conseguisse suprir esse desejo, essa necessidade sexual logo ela seria substituída e assim perdendo todo seu status e privilégios. Portanto podemos observar que diante de fatos históricos as mulheres sempre são dadas papéis de superioridade aos homens, com um objetivo de sempre os servir, sendo assim todas as mulheres sofrem dentro desse processo patriarcal, porém a classe mais baixa sofre esse impacto de forma mais visível na sociedade.

Enquanto para os homens, a classe foi e é baseada em suas relações com os meios de produção: aqueles que detinham os meios de produção podiam dominar aqueles que não detinham (Lerner,2019, P.264) para as mulheres a classe estava consolidada por meio de suas relações sexuais, possibilitando assim ter acesso aos meios de produção como também aos serviços sexuais das mulheres, é através dos homens que as mulheres recebem ou perdem acesso aos meios de produções e recursos. Lerner (2019) assegura que:

O sistema do patriarcado só pode funcionar com a cooperação das mulheres. Assegura-se cooperação por diversos meios: doutrinação de gênero, carência educacional, negação as mulheres do conhecimento da própria história, divisão de mulheres pela definição de “respeitabilidade” e “desvio” de acordo com suas atividades sexuais; por restrições e coerção total; por meio de discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político e pela concessão de privilégios de classe a mulheres que obedecem. (Lerner, 2019, p.267)

Como resultado desse sistema patriarcal, foram construídas mulheres prontas para serem doutrinadas, principalmente por meio do gênero, como também por outros meios, as mulheres foram tirados a oportunidade de estudar, seu contato com o conhecimento em relação a sua própria história, foi uma forma de legitimar cada vez mais esse sistema patriarcal, e assim foram construindo divisões tendo como base a classificação biológica, e as mulheres foram e são educadas para acreditar que essa divisão é correta e que existem fatores que determinam isso, fazendo com que seu acesso a política e a instituições relacionada a economia não deve ser ocupadas por elas. Por quase mil anos, as mulheres moldaram sua vida e agiram sob o “guardachuva” do patriarcado, em particular, uma forma do patriarcado mais bem descrito como dominação paternalista. (Lerner, 2019, P.267)

Paternalismo, com mais precisão **dominação paternalista**, descreve a relação de um grupo dominante, considerado superior, com um grupo subordinado, considerado inferior, na qual a dominância é mitigada por obrigações mútuas e direitos recíprocos. O grupo dominado troca submissão por proteção, trabalho não remunerado por sustento. Em suas origens históricas, o conceito vem das relações familiares conforme se desenvolveram sob o patriarcado, nas quais o pai tinha total poder sobre todos os membros da família. Em troca tinha a obrigação de prover sustento econômico e proteção. (Lerner, 2019, P.290)

A base do paternalismo é justamente o sustento econômico e a proteção oferecida a sua família através do homem, que era o provedor da família, na qual em troca desse sustento e proteção, as mulheres deveriam ser submissas ao seu marido e a dominação dos homens sobre sua mulher. O paternalismo reforça essa ideia de dominação e controle em relação a mulher, uma vez que, existe uma troca entre o sustento dessa família sendo exercido deste modo através do homem provedor e a subordinação da mulher em troca dessa proteção e sustento, funcionando não apenas

para as esposas como também para as filhas, as meninas, sobretudo essa dominação do provedor é repassada para os meninos de forma temporária, visto que os filhos meninos devem ocupar esse lugar de provedor nas suas famílias, e já para as meninas elas são ensinadas e educadas para serem submissa e inferior aos seus maridos, devendo obediência ao seu futuro marido.

A sexualidade e o potencial reprodutivo das mulheres se tornaram mercadorias a ser comercializadas ou adquiridas para servir a família; então, as mulheres eram consideradas um grupo com menos autonomia do que os homens. (Lerner, 2019, p.112) as famílias valorizavam muito mais o nascimento de meninos ao em vez das meninas, entretanto as meninas serviam de mercadorias, uma vez que estas eram negociadas em transações entre famílias com poderes aquisitivos iguais, ou em muitos casos para acertos de dívidas.

2.1 Estado como principal meio de legitimar o patriarcado

Diante desta autoridade dos homens em relação às suas esposas, das suas famílias é importante destacar que o Estado ¹ teve um papel crucial na institucionalização desta superioridade dos homens diante das mulheres, por meio de leis e instituições que reforçava a autoridade dos homens sobre as mulheres.

Hollanda (2018) diz que:

Como se fosse um direito natural, o poder é reservado aos homens em todos os níveis enquanto as mulheres sofrem sob estereótipos e idealizações também naturalizadas. [...] O ato de naturalizar corresponde a um procedimento moral e cognitivo que se torna hábito. Por meio dele, passamos a acreditar que as coisas são como são e não poderiam ser de outro modo. Nem poderiam ser questionadas. (Hollanda *et al.*, 2018, p. 63)

Neste sentido os homens detêm de poderes desde a instituição familiar, como também nas representações do Estado seu poder encontra-se tanto no âmbito público quanto no privado, as mulheres estão assim limitadas ao poder dos homens. Contudo

¹ Lenin demonstra que historicamente o Estado, enquanto fenômeno histórico situado e datado, é um instrumento de dominação nas mãos da classe dominante do escravismo ao capitalismo, tendo surgido apenas quando a antiga sociedade se dividiu em classes antagônicas e com interesses inconciliáveis. (Lenin, 1986, p.23)

isso se apresenta de forma bem natural na nossa sociedade, e por muito tempo foram inquestionadas e passamos a acreditar que isso seria o certo. Os homens estão sempre no poder em nossa sociedade, em tudo que podemos observar os homens estão representando. Dessa forma a estrutura da sociedade foi estruturada de forma desigual e em favor sempre dos homens como o superior. Com o desenvolvimento do Estado, a família monogâmica virou a família patriarcal, na qual o trabalho doméstico da mulher “tornou-se um serviço privado; a esposa virou a principal criada, excluída de toda participação na produção social”. (Lerner, 2019, p. 49)

Diante disso o núcleo central dos homens é caracterizado pelo o poder, tendo como principal meio de autonomia desse poder o terreno político, que surge com a finalidade de legitimar cada vez mais seu poder em relação as mulheres, seja por meio de legislações que são elaboradas por homens e em favor desses homens para a exploração dessas mulheres. Lerner (2019) assegura que:

A sociedade patriarcal tinha como característica a linhagem patrilinear, leis de propriedades que garantiam aos filhos meninos direito á herança, dominância masculina nas relações de propriedades e entre os sexos, burocracias militares, políticas e religiosas. Essas instituições eram sustentadas pela família patriarcal e, por sua vez, recriavam-na de modo incessante. (Lerner, 2019, P. 144)

Os direitos adquiridos pelas as mulheres eram bastantes limitados, todos relacionados aos homens, seja ao seu marido ou a seus filhos. O controle dos chefes de família sobre os familiares e filhos menores de idade era tão importante para a existência do Estado quanto o controle do rei sobre seus soldados (Lerner, 2019, P.266)

A liberdade civil não é universal - é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios. Seu sucesso nesse empreendimento é narrado na história do contrato sexual. O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é sexual no sentido de patriarcal - isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres. O contrato original cria o que chamarei, seguindo Adrienne Rich, de "lei do direito sexual masculino". O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado; ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno. (Pateman, 1993, P.17)

Patriarcado é interpretado como regime paterno, na qual a dominação em relação as mulheres estão relacionadas no pacto original, que torna-se um contrato sexual e social ao mesmo tempo, onde o torna o direito político como patriarcal e a liberdade civil não apresenta-se universal, dando total privilegio aos homens, uma vez que está a ordem civil o direito a política é fundada no direito patriarcal, onde os homens ganham uma liberdade adquirida por meio do estado e ao mesmo tempo adquirem um direito político sobre as mulheres e o acesso aos corpos dessas mulheres, tornando as mulheres dependentes sexualmente. Segundo Pateman (1993) sobre o Estado:

O contrato social, assim continua a história, cria uma sociedade em que os indivíduos podem fazer contratos, seguros de que seus atos são regulamentados pela legislação civil e de que, se necessário, o Estado fará com que seus acordos sejam cumpridos. Os contratos reais parecem assim exemplificar a liberdade que os indivíduos exercem quando fazem o pacto original. (Pateman, 1993, P.17)

Na teoria do contrato social o poder patriarcal dos homens em relação as mulheres não se limitam apenas na esfera privada, ele se estende para a esfera público, ele construiu a liberdade dos homens no âmbito civil e é protegido pelo o estado, tendo esses dois domínios nas duas esferas tanto privada quanto pública. A legislação e o Estado civil, bem como a disciplina (patriarcal), não são duas formas de poder, mas dimensões da estrutura complexa e multifacetada de dominação do patriarcado moderno. (Pateman, 1993, P.34)

As mulheres são incorporadas a uma esfera que ao mesmo tempo faz e não faz parte da sociedade civil, mas que está separada da esfera "civil". A antinomia privado/público é uma outra expressão das divisões natural/civil e mulheres/homens. A esfera privada, feminina (natural) e a esfera pública, masculina (civil) são contrárias, mas uma adquire significado a partir da outra, e o sentido de liberdade civil da vida pública é ressaltado quando ele é contraposto à sujeição natural que caracteriza o domínio privado (Locke induz ao erro ao apresentar contraste em termos patriarcais, como sendo entre os poderes paterno e político). O significado do que é ser um "indivíduo", produtor de contratos e civilmente livre, é revelado através da sujeição das mulheres dentro da esfera privada. (Pateman, 1993, p.28)

Os homens produziram a vida natural e política, diante disso esse poder político é criado tanto na vida privada por meio da sua autoridade como pai, como também na vida pública por meio da vida pública, tendo destaque em assuntos civis com espaços voltados justamente para a figura masculina, e as mulheres são orientadas por seus maridos que são inatas aos assuntos civis, e que são irrelevantes a vida política. Lerner (2019) destaca a legislação e a institucionalização desta:

Na Mesopotâmia, também ocorrem mudanças da família passa a ser institucionalizada e codificada pela lei; a prostituição se estabelece e se regula; com crescente especialização de trabalho, as mulheres são excluídas aos poucos de determinadas ocupações e profissões. Após a invenção da escrita e do estabelecimento do ensino formal, as mulheres são excluídas do mesmo acesso a tal educação. (Lerner, 2019, P. 85)

Faz-se necessário pontuar que na Mesopotâmica, essas leis mostravam-se de diversas formas, especificamente as leis hamurabi, que regulava o comportamento sexual e a apropriação das mulheres. Lerner (2019) ressalta que a dominância masculina nas relações entre os sexos manifesta-se com mais clareza na institucionalização do duplo padrão na Lei Mesopotâmica. Em uma das leis a esposa por lei era obrigada a desempenhar seu papel econômico para satisfazer o marido, os homens podiam cometer adultério livremente e se esse adultério ocorresse por parte da esposa ela seria duramente condenada, e caso sua esposa se comportasse de forma errada o marido precisava buscar uma condenação a sua esposa antes de desfazer o casamento.

2.2 Patriarcado e o capitalismo

Com o advento do capitalismo², as mulheres tornam-se mais oprimidas por meio do capital financeiro, tornando assim essas mulheres relegadas a papéis

² Marx explica que a tendência do capitalismo é reproduzir e alargar a própria base do capital, já que consiste em transformar em capital o mais-valor extorquido dos proletários e já que o capital vira uma “bola de neve” para extorquir cada vez mais, mais-trabalho (mais-valor) dos proletários. (Marx, 1996, p. 71)

tradicionais de cuidadoras e responsáveis pelo trabalho doméstico não remunerado, enquanto aos homens eram dados cargos e empregos remunerados.

Segundo Lerner (2019) foi por meio do patriarcado que se estabeleceu que o trabalho doméstico deve ser exercido por mulheres e que não deve ser remunerado, se quer reconhecido como trabalho. É importante destacar o conceito de trabalho e a divisão sexual de trabalho que é reduzido as diferenças de trabalho de homens e mulheres.

As funções associadas aos homens estavam sempre voltadas a questões públicas e produtivas, da organização social, já as mulheres seu trabalho e sua função estavam associados ao cuidado e a reprodução familiar. Ademais essa divisão técnica do trabalho teve seu desenvolvimento no capitalismo industrial, onde as tarefas tornaram-se cada vez mais especializadas e fragmentadas, por conseguinte essa divisão reforçou a divisão sexual do trabalho. Sobre o trabalho Federici (2021) destaca:

Nosso problema, ao que parece, é que o capital não organizou nossas cozinhas e nossos quartos, o que gera uma dupla consequência: a de que nós aparentemente trabalhamos em um estágio pré-capitalista e a de que qualquer coisa que façamos nesses espaços é irrelevante para a transformação social. Pela lógica, se o trabalho doméstico é externo ao capital, nossa luta nunca causará sua derrocada. (Federici, 2021, p.25)

Para Federici (2021) o trabalho doméstico é bem amplo, é considerado trabalho doméstico tudo que está relacionado a atividades reprodutivas, ou seja, que tem como finalidade produzir novos sujeitos aptos a existirem em uma sociedade capitalista, e o trabalho doméstico é um trabalho ocupado majoritariamente pela as mulheres. Contudo é um trabalho que precisa ser remunerado para que ele comece a ser visto como um trabalho.

Com o advento do capitalismo houve a redução do conceito de trabalho as atividades vinculadas ao mercado, o que antes era considerado trabalho o conjunto de atividades humanas necessárias para a nossa existência, com o capitalismo ocorreu uma forte separação entre o que é uma esfera produtiva e uma esfera reprodutiva, que corresponde assim a esfera pública e privada, ou seja, apenas a produtiva é considerado trabalho, uma vez que tem como objetivo gerar uma troca no

mercado, ou seja, que pode ser comercializado e gera uma renda, já o reprodutivo deixa de ser porque não se troca no mercado.

O trabalho doméstico e a família são os pilares da produção capitalista, apesar de não ser remunerado, é um trabalho oculto, invisível, não é valorizado. O trabalho doméstico é a produção de mão de obra bem disciplinada que é a condição essencial para a produção de todos os estágios do desenvolvimento capitalista, tendo como objetivo preparar os indivíduos para se tornar um sujeito domesticado ao capitalismo. Ser produtiva só é uma virtude moral, para não dizer um imperativo moral, sob a perspectiva capitalista. Na perspectiva da classe trabalhadora, ser produtiva significa apenas ser explorada. (Federici, 2021, p.31)

Nesse sentido para que ocorra essa acumulação capitalista é essencial a exploração dos trabalhos não remunerados das mulheres, tornando-se uma mão de obra barata e escrava para o capitalismo. A mulher é explorada tanto diretamente na linha de produção quanto no trabalho reprodutivo na qual não é reconhecido e nem remunerado.

Para Pateman (1993) os capitalistas podem explorar os trabalhadores e os maridos podem explorar as esposas, porque trabalhadores e esposas constituem-se em subordinados através dos contratos de trabalho e de casamento, ou seja, é por meio do contrato que se adquire direitos políticos por meio da relação de dominação e subordinação entre homens e mulheres.

Desse modo, o resultado de uma análise que enxerga a opressão das mulheres como resultado de sua exclusão das relações capitalistas é uma estratégia que defende que integremos essas relações, em vez de as destruirmos. (Federici, 2021 p.25.)

3 PATRIARCADO E A RELAÇÃO DE GÊNERO

O patriarcado é o sistema responsável por administrar a desigualdade entre os gêneros, e ao mesmo tempo é responsável por produzir a distinção de gênero, com o objetivo de construir a desigualdade. Em síntese é por meio do patriarcado que a diferença entre os papéis das pessoas é designada, tendo assim a finalidade de construir papéis específicos para as pessoas a partir de suas determinações biológicas, tendo assim papéis específicos para homens e mulheres, assim a palavra gênero passou a ser utilizada para enfatizar os aspectos culturais relacionados as diferenças sexuais. O feminino foi visto como reportado necessariamente ao masculino nas práticas concretas e simbólicas, em relações de poder, conflito ou complementaridade, dentro de contextos históricos específicos. (Pinsk, 2009 p. 162)

Contudo essa categoria de gênero remete a ideia de que as concepções que nós temos de masculino e feminino possui historicidade e são verdadeiros, e assim são naturalizados por uma teoria da natureza passando assim a ser naturalizado por um sistema patriarcal na qual designa papéis específicos por uma determinação biológica e que são verdadeiros e devem ser assim repetidos.

Entretanto a historiadora Carla Bassanezi Pinsky, descreve gênero como uma categoria de análise. “Gênero por si só não pressupõe ou descreve nada além do fato de que percepções das diferenças sexuais são capazes de nortear relações sociais. Não traz em si um conteúdo. Não se refere a um objeto específico. Não define de antemão condições, identidades e relações.” Já Scott (1990) explica:

Mas isso é só um aspecto. “Gênero”, como substituto de “mulheres”, é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro. Este uso insiste na ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. (Scott, 1990, P.07)

Diante disso as mulheres passam a ser estudadas por meio dos homens, passando a ser uma continuidade, e que ao estudar as mulheres elas devem ser estudadas por meio dos homens e não de forma separada.

Porque são pouco vistas, pouco se fala delas. E esta é uma segunda razão de silêncio: *o silêncio das fontes*. As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. São elas mesmas que destroem, apagam esses vestígios porque os julgam sem interesse. Afinal, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito. Existe até um pudor feminino que se estende à memória. Uma desvalorização das mulheres por si mesmas. Um silêncio consubstancial à noção de honra. (Perrot, 2007, P.17)

A história como podemos observar sempre será contado em favor dos homens, e escrita por eles, dessa maneira não observamos a participação das mulheres na história da civilização e sua participação tão destacada quanto os homens, como nas fabricação de ferramentas, invenções, o desenvolvimento de armas são destacada na história como invenções feitas por homens, já as mulheres pouco aparecem sua participação na história da civilização, e o pouco que costuma ser descrito está relacionado em termos relativos a uma dona de casa moderna do que uma integrante de tribo da Idade da Pedra.

Pinsk (2009) descreve a respeito desta subordinação das mulheres:

As chamadas teorias do patriarcado explicam a subordinação “universal” e “invariável” das mulheres pela necessidade masculina de controle da sexualidade feminina, fixando a oposição homem/mulher. As correntes feministas marxistas apontam, por sua vez, para o peso da necessidade capitalista de controlar a força de trabalho feminina na divisão sexual do trabalho (procurando garantir o “papel reprodutivo” e a manutenção de um “exército de reserva”). (Pinsk, 2009, p. 163)

Assim as mulheres são destinadas ao espaço privada, atuando assim restritamente nos seus lares, sendo invisíveis ao espaço público, para a garantia de uma cidade tranquila, tendo como justificativa a indecência para as mulheres, ou seja, para uma mulher ser considerada descente, ele deveria estar limitada apenas ao espaço privada. Podemos observar que em todas as instâncias da sociedade estão presentes a invisibilidades das mulheres. Perrot (2007) destaca que:

Em primeiro lugar, porque as mulheres são menos vistas no espaço público, o único que, por muito tempo, merecia interesse e relato. Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma

cidade tranquila. Sua aparição em grupo causa medo. Entre os gregos, é a *stasis*, a desordem. Sua fala em público é indecente. "Que a mulher conserve o silêncio, diz o apóstolo Paulo. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, caiu em transgressão."⁹ Elas devem pagar por sua falta num silêncio eterno. (Perrot, 2007, P. 16-17)

Para Scott (1990), "Gênero", é utilizado como substituto de "mulheres", é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, ou seja, para estudar sobre as mulheres, devemos estudar sobre os homens, assim tem-se a ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma separada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo.

Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as "construções sociais" – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. (Scott, 1990, p 07)

O gênero é a maneira de indicar os papéis sociais ditos "apropriados" para homens e mulheres, as representações e símbolos que são construídos socialmente, aprendendo e sendo educados de acordo com seu sexo biológico, na qual é um denominador para as várias formas de subordinação relacionados as mulheres, e é por meio do gênero que o sexo aparece e está vinculado ao poder. Saffioti (2015) explica que:

O patriarcado refez-se a milênios da história, mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina. Tratar essa realidade em termos exclusivamente do conceito de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, "neutralizado" a exploração-dominação masculina. Nesse sentido, e contrariamente ao que afirma a maioria das(os), o conceito de gênero carrega uma dose apreciável de ideologia. E qual é esta ideologia? Exatamente a patriarcal, forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa

as mulheres muito baixo dos homens em todas as áreas da consciência humana. (Saffioti, 2015, p. 145)

Como consequência deste poder do patriarca, e da ideologia patriarcal com relação ao gênero cria-se essa primazia masculina em relação as mulheres, tornando as mulheres desigual em relação os homens, dando domínio a eles e a esse sistema de dominação. Assim Bassanezi (1992) pontua que os significados de “ser homem”, “ser mulher” ou de identidades e papéis [relacionados de algum modo a concepções que fazem referência a sexo] como “mãe”, “boa esposa”, “moça de família”, “chefe da casa” são entendidos, na perspectiva de gênero, como situações produzidas, reproduzidas e/ou transformadas ao longo do tempo.

3.1 Consequências do Patriarcado na vida das mulheres

Diante desta distinção de gênero que foi relatada anteriormente, faz-se necessário destacar as consequências desta desigualdade que surge em meio ao patriarcado e a superioridade do homem na sociedade. Saffioti(2015) explica que:

Entre as mulheres, socializadas todas na ordem patriarcal de gênero, que atribui qualidades positivas aos homens e negativas, nem sempre, às mulheres, é pequena a proporção destas que não portam ideologias dominantes de gênero, ou seja, poucas mulheres questionam sua inferioridade social. (Saffioti, 2015, p.37)

Dessa forma as mulheres desde sua infância são socializadas conforme as características que são atribuídas segundo seu gênero, implicando assim na desigualdade entre sexos. Desde da infância as meninas são atribuídas as tarefas relacionadas ao cuidado, são socializadas a cuidar do lar, da casa, a construir uma família, e executar todas as tarefas relacionadas ao cuidado da casa, dos filhos. Podemos de fato observar isso em relação aos brinquedos elaborados para meninas, as meninas são presenteadas com panelinhas, com bonecas, brinquedos esses que estão relacionados ao cuidado, estimulando assim essas características que serão desenvolvidas futuramente por elas meninas, já no caso dos meninos eles são socializados e estimulado por meio de brinquedos relacionados ao poder, a dominação.

Sobre a socialização das mulheres Saffioti (2015) diz que:

Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores. Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força e coragem. Isto constitui a raiz de muitos fenômenos, dentre os quais se pode realçar o fato de seguros de automóveis exclusivamente dirigidos por mulheres custarem menos, porque, em geral, elas não usam o carro como arma, correm menos e são mais prudentes. (Saffioti, 2015, p.37)

Partindo disso pode-se destacar que a dominância do homem em relação a mulher é desenvolvida desde sua primeira socialização, onde os homens são estimulados a desenvolverem condutas que demonstrem sua força e coragem, e assim fazendo com que desenvolvam atitudes e condutas agressivas e dominantes, já as mulheres são educadas, são socializadas para cuidar e servir da casa e dos afazeres relacionados a cuidados.

Desde crianças as mulheres aprendem a —se comportar como meninas—, brincam com bonecas para treinar a maternidade, assim como com panelinhas, vassourinhas e demais brinquedos que remetem a atividades reprodutivas, para que, ao crescerem, tenham desenvolvido tais capacidades a elas (pré) designadas (Dias, 2016, p. 25).

Como consequência podemos observar a divisão sexual do trabalho, bem como a mulher entre o público e o privado, dessa maneira uma das principais justificativas ideológica para essa divisão sexual é a naturalização da desigualdade, tendo como justificativa o sexo biológico e as construções sociais e práticas adquiridos por homens e mulheres

Segundo Perrot (2007) a maioria dos empregos que elas ocupam são marcados pela persistência de um caráter doméstico e feminino: importância do corpo e das aparências; função das qualidades ditas femininas, dentre as quais as mais importantes são o devotamento, a prestimosidade, o sorriso etc. Pelo menos, era o que ocorria até os anos 1980-1990.

Diante disso as mulheres desde meados dos anos 80 já tinha suas profissões pré-estabelecidas, trabalhos esses estereotipados para serem ocupados por elas mulheres, como secretarias, enfermeiras, onde ela vem sempre depois de um chefe, é sempre a auxiliar ou inferior a um determinado cargo, com um salário bem desigual

e que não corresponde ao seu trabalho e com condições bem desiguais em relação aos homens, e com regulamentos bem severos.

Beauvoir (2019) entende que a mulher tem um fim nela mesma, na feminilidade, no lar, na esfera privada, no casamento. Enquanto o homem é o sujeito transcende, a mulher é objeto imanente. Ele nasce sujeito, enquanto ela precisa tornar-se. A tese de Beauvoir (2019) demonstra que a opressão à mulher desde seu nascimento é também sustentada pelo ideal de feminilidade, pelo papel social que a mulher é levada a desenvolver para agradar ao homem, a quem sua existência está condicionada. (Medeiros, 2022, p. 29).

As mulheres desde seu nascimento são oprimidas e são condicionadas a seguirem um papel social já estabelecido com a finalidade de beneficiar o homem e suprir suas necessidades, tendo limites a serem seguidos para assim torna-se mulher, sujeita a se encaixar em um papel de dona do lar, mãe e cuidadora afim de desenvolver tarefas relacionadas ao cuidado do seu esposo e sua família, limitando assim seu acesso ao meio público.

De fato, como os demais fenômenos sociais, também o *patriarcado* está em permanente transformação. Se, na Roma antiga, o patriarca detinha poder de vida e morte sobre sua esposa e seus filhos, hoje tal poder não mais existe, no plano de *jure*. Entretanto, homens continuam matando suas parceiras às vezes com requintes de crueldade, esquartejando-as, ateando-lhes fogo, nelas atirando e as deixando tetraplégicas etc. (Saffioti, 2015, p. 48)

Nesse sentido as violências apenas mudaram de forma e cenários, o que antes acontecia com o apoio das leis, que era visto como direito de os homens fazerem tal atrocidade, atualmente não mais existe estas leis em favor desses homens, porém ainda sim as mulheres sofrem violências e crueldade, porque a maioria dos casos encontra-se presente diante da família tradicional, que foi construído socialmente e de forma natural que para os homens eles tem total poder diante de suas mulheres e seu corpo. Então mesmo que o patriarcado não se apresente como na Roma antiga, onde a legislação dava total poder de vida e morte ao homem sobre sua esposa, atualmente temos muito casos de feminicídio tendo como base justamente o patriarcado.

“Um dos elementos nucleares do *patriarcado* reside exatamente no controle da sexualidade feminina, a fim de assegurar a fidelidade da esposa a seu marido.” (Saffioti, 2015, p.51). Dessa maneira uma das consequências do patriarcado na vida

das mulheres é esse controle da sexualidade feminina, e podemos de fato observar isso até os dias atuais, por exemplo o ato de laqueadura que até 2022 somente era permitido ser feito com a autorização do seu companheiro, dando total domínio dele ao seu corpo e decidindo por ela, dando um poder aos homens sobre os corpos das mulheres que somente as mulheres deveriam ter em relação ao seu corpo.

Há pouco mais de duas décadas, um nordestino marcou, com ferro em brasa utilizado para marcar gado, sua companheira com as letras MGSM, iniciais da expressão *mulher galheiro só morta*, meramente porque suspeitava estar sua esposa cometendo infidelidade conjugal. Há outro caso do uso, na esposa, do ferro de marcar gado, recentemente noticiado pelos jornais e pela televisão. O caso de Maria Celsa é muito conhecido e deve ter ocorrido por volta de duas décadas atrás. Seu namorado jogou álcool em seu corpo e ateou-lhe fogo. A moça teve queimaduras de suma gravidade, ficando deformada. (Saffioti, 2015, p.53)

São várias as violações ao corpo das mulheres e suas tomadas de decisões, durante muito tempo, usava-se o argumento de legítima defesa da honra, onde se legitimou a eliminação da vida de mulheres, que são mortas por serem mulheres em decorrência de uma cultura machista, que define a ideologia de supremacia masculina que é marcada por uma estrutura patriarcal, colocando em questão que a vítima não cumpria com o “seu papel de mulher”, justificando assim para tal ato de atrocidade em decorrência desse sistema patriarcal. Bater na mulher e nos filhos era considerado um meio normal, para o chefe de família, de ser o senhor de sua casa - desde que o fizesse com moderação. Tal comportamento era tolerado pela vizinhança, principalmente nos casos em que as esposas tinham reputação de serem donas-decasa “relaxadas”. (Perrot, 2001, p. 77)

A dominação- exploração constitui um único fenômeno, apresentando duas faces. Desta sorte, a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e políticos-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva. Seja para induzir as mulheres a ter grande número de filhos, seja para convencê-las a controlar a quantidade de nascimento e o espaço de tempos entre os filhos, o controle está sempre em mãos masculinas, embora elementos femininos possam intermediar e mesmo implementar estes projetos. (Saffioti, 2015, p.113)

O corpo da mulher está disponível sempre ao poder masculino, sustentando assim as relações patriarcais dentro e fora das famílias, como consequência podemos destacar a legalização do aborto, onde a tomada de decisões é feita majoritariamente por homens no poder decidindo, seja pra decidir contra ou a favor, ao invés de termos mulheres majoritariamente decidindo sobre o corpo das mulheres, visto que é um problema que afeta exclusivamente as mulheres.

4 A FAMÍLIA E O PROCESSO DE DESPATRIARCALIZAÇÃO

Diante desse sistema patriarcal, como destacado anteriormente, são inúmeras as consequências deste sistema na vida das mulheres, desde violações ao seu corpo e aos seus direitos, como diante de suas escolhas tanto no pessoal quanto profissional.

Segundo Lerner (2019) é na família patriarcal que as responsabilidades e obrigações não são distribuídas de modo semelhante entre aqueles a serem protegidos, quando se trata das meninas e das esposas esta subordinação dura a vida inteira, já aos meninos dura até que eles próprios construam suas famílias e tornem-se responsáveis por suas casas e esposas, logo as meninas são subordinadas a serem sempre inferiores aos homens, uma vez que o seu futuro esposo posteriormente ocupará a autoridade que seu pai ocupou por anos, sendo assim é na família que o homem ganha esse poder de autoridade e dominação. Partindo disso é necessário entender o conceito de família e sua relação com o patriarcado.

4.1 Família Patriarcal

Atualmente e ao longo dos anos existiram e existem outras formas de modelos de organização familiar. Ademais neste capítulo abordaremos a família patriarcal, onde parte do princípio da dominação do homem diante da sua esposa e filhos.

Nesse caso, os traços essenciais da família patriarcal são: a crença na existência de laços consangüíneos, definidos através de um antepassado comum, mítico ou real; a vigência de critérios de transmissão hereditária da posição de “chefe” ou de “senhor” em linha masculina, com preferência ao primogênito da esposa legal ou de uma das esposas legais; ao exercício do poder senhorial através de normas estabelecidas pela tradição, independentemente de sua origem ou fundamento religioso; o princípio de unidade econômica e política dos componentes da unidade familiar, sob a liderança do “senhor”; a comunhão religiosa; e o princípio de solidariedade no grupo de parentes, em todas as ações ou situações em que estes ou seus apaniguados ou subordinados se envolvessem como e enquanto membros ou representantes de uma unidade familiar.(Fernandes, 1996, p. 77)

De acordo com Lerner (2019) com o desenvolvimento do Estado, a família monogâmica virou a família patriarcal, na qual o trabalho doméstico “ tornou-se um serviço privado; a esposa virou a principal criada, excluída de toda participação na produção social”. Contudo a partir do momento que ocorre a divisão do trabalho em uma família patriarcal, o homem se torna patriarca, o provedor e consequentemente seu poder tem relevância tanto no espaço privado quanto no espaço público, com esta divisão dos trabalhos, sendo assim tendo sempre a ordem dos homens. Engels (1984) pontua que:

O primeiro efeito do poder exclusivo dos homens, desde o momento em que se instaurou, observamo-lo na forma inter- mediária da família patriarcal, que surgiu naquela ocasião. O que caracteriza essa família, acima de tudo, não é a poligamia, da qual logo falaremos, e sim a "organização de certo número de indivíduos, livres e não livres, numa família submetida ao poder paterno de seu chefe. Na forma semítica, esse chefe de família vive em plena poligamia, os escravos têm uma mulher e filhos, e o objetivo da organização inteira é o de cuidar do gado numa determinada área. Os traços essenciais são a incorporação dos escravos e o domínio paterno; por isso a família romana é o tipo perfeito dessa forma de família. Em sua origem, a palavra família não significa o ideal mistura de sentimentalismo e dissensões domésticas do filisteu de nossa época; a princípio, entre os romanos, não se aplicava sequer ao par de cônjuges e aos seus filhos, mas somente aos escravos, Fomulus quer dizer escravo doméstico e família é a conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem. Nos tempos de Galo, a família "id est patri monium" (isto é, herança) era transmitida por testamento. (Englehs, 1984, p.61)

Portanto a família é o núcleo inicial que serve para a reprodução de pessoas, servindo assim para a manutenção das propriedades e das riquezas desse núcleo familiar, tendo o Estado como instituição que impede que as propriedades privadas sejam ou não violadas, tendo como intuito favorecer a classe dominante. Engels destaca que com o surgimento da propriedade privada e o direito paterno, surge a opressão de classe com destaque a opressão e subordinação das mulheres, visto que, quando o homem sai pra caçar e pescar, a mulher cuida da casa e da preparação dos alimentos, sendo assim cada um responsável pelos os instrumentos que usam, com a apropriação dos homens nessas atividades, ocorrendo assim o controle sexual das mulheres.

A família patriarcal é impressionantemente resiliente e varia em épocas e locais distintos. O patriarcado oriental abrangia a poligamia e em seu desenvolvimento nos haréns. O patriarcado na Antiguidade clássica e em seu desenvolvimento europeu baseava-se na monogamia, porém, em todas as formas, um duplo padrão sexual – que colocava a mulher em desvantagem – era parte do sistema. (LERNER, 2019, p. 266)

De acordo com Pierre Bourdieu (2012) a família é uma das principais reprodutoras dessa dominação:

O trabalho de reprodução esteve garantido, até época recente, por três instâncias principais, a Família, a Igreja e a Escola, que, objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes. É, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. (Bourdieu, 2012, p.103)

Assim, a família é a primeira forma de dominação que os homens exercem sobre as mulheres, e estabelece a divisão sexual do trabalho para posteriormente explorar as mulheres em outras instâncias. É por meio da família que surge a naturalização da dominação masculina, onde o pai representa a autoridade da família e dos indivíduos inseridos nela. Portanto as mulheres se submetem a dominação masculina de forma natural, repassando isso as demais gerações.

Contudo as mulheres se limitam a esfera privada e a elas são dadas funções específicas ditas “profissões de mulheres”, e que são biologicamente destinadas a elas, com destaque no trabalho doméstico. Perrot (2007) explica que:

O trabalho doméstico é fundamental na vida das sociedades, ao proporcionar seu funcionamento e reprodução, e na vida das mulheres. É um peso nos seus ombros, pois é responsabilidade delas. E um peso também na sua identidade: a dona-de-casa perfeita é o modelo sonhado da boa educação, e torna-se um objeto de desejo para os homens e uma obsessão para as mulheres. O caráter doméstico marca todo o trabalho feminino: a mulher é sempre uma dona-de-casa. Isso se espera também da perfeita secretária: que ela coloque flores e que cuide de seu patrão. Era assim que trabalhava a secretária de direção no escritório à moda antiga, descrito por Josiane Pinto. (Perrot, 2007, p.114-115).

O trabalho doméstico é historicamente vinculado a mulher de forma natural, tornando assim um trabalho obrigatório e destinados as mulheres, sendo elas as principais responsáveis pelos trabalhos da casa. As meninas são destinadas estas funções relacionadas aos afazeres de casa e ao cuidado. Portanto é, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. (Bourdieu, 2012, p. 103)

4.2 Despatriarcalização

A despatriarcalização é um processo que busca questionar, desconstruir e superar as estruturas e normas patriarcais presentes na nossa sociedade, uma vez que, o sistema patriarcal tem por objetivo privilegiar os homens em detrimento das mulheres, reforçando desigualdades e opressões de gênero. Bourdieu (2012) afirma que:

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos. (Bourdieu, 2012, p. 18)

Para Bourdieu a sociedade naturaliza a divisão dos sexos entre dominados e dominadores, buscando assim legitimar essa divisão sexual tanto das atividades quanto do espaço e as relações sociais, opondo assim um lugar específico para cada sexo, e assim a dominação torna-se cada vez mais legitimada, tornando assim uma sociedade composta por pessoas e instituições que irão legitimar e reproduzir e manter de forma natural essa dominação masculina.

A estrutura da dominação masculina é o princípio último dessas inúmeras relações de dominação/submissão singulares que, diferentes em sua forma segundo

a posição, no espaço social, dos agentes envolvidos (diferenças às vezes enormes e visíveis; outras vezes infinitesimais e quase invisíveis, mas homólogas e unidas, por isso mesmo, por um ar de família) separam e unem, em cada um dos universos sociais, os homens e as mulheres, mantendo assim entre eles a "linha de demarcação mística" de que falava Virginia Woolf. (Bourdieu, 2012, p.127)

A despatriarcalização tem suma importância para quebrar esses 'paradigmas existentes na sociedade patriarcal, para assim conquistar a igualdade de gênero, em favorecimento da integridade das mulheres. Para Lerner (2019) as mulheres foram impedidas de contribuir com o fazer História, ou seja, a ordenação e a interpretação do passado da humanidade. Como esse processo de dar significado é essencial para a criação e perpetuação da civilização, podemos logo ver que a marginalização das mulheres nesse esforço as coloca em uma posição ímpar e segregada. As mulheres são maioria, mas são estruturadas em instituições sociais como se fossem minoria.

O sistema do patriarcado só pode funcionar com a cooperação das mulheres. Assegura-se essa cooperação por diversos meios: doutrinação de gênero, carência educacional, negação as mulheres do conhecimento da própria história, divisão de mulheres pela definição de "respeitabilidade" e "desvio" de acordo com as atividades sexuais; por restrições e coerção total; por meio de discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político e pela concessão de privilégios de classe a mulheres que obedecem. (Lerner, 2019, p.267)

A despatriarcalização é fundamental para romper os paradigmas patriarcais presentes na nossa sociedade, que limitam as escolhas e possibilidades das mulheres a opressão patriarcal existente. Saffioti (2015) diz que:

O importante a reter é que a base material do patriarcado não foi destruída, não obstante os avanços femininos, quer na área profissional, quer na representação no parlamento brasileiro e demais postos eletivos políticos. Se na Roma antiga o patriarca tinha direito de vida e morte sobre sua mulher, hoje o homicídio é crime capitulado no Código Penal, mas os assassinos gozam de ampla impunidade. Acrescente-se o tradicional menor acesso das mulheres à educação adequada e a obtenção de um posto de trabalho prestigiado perigoso e bem remunerado. Este fenômeno marginalizou-as de muitas posições no mercado de trabalho. A exploração chega ao ponto de os salários médios das trabalhadoras brasileiras serem cerca de 64% (IBGE) dos rendimentos médios dos trabalhadores brasileiros. (Saffioti, 2015, p.112-113)

Contudo é necessário compreender que a despatriarcalização exige esse processo de descolonização patriarcal do estado e das demais instâncias, mas necessariamente do Estado por se tratar do poder jurídico social. É necessário compreender que a desigualdade e opressão das mulheres não foi destruída, apenas mudou de forma, as mulheres são exploradas sexualmente por meio do Estado, que majoritariamente é composta por homens, símbolo de um sistema patriarcal, que está legislando sobre os corpos das mulheres.

Conforme Saffioti (2015) não basta ampliar o campo de atuação das mulheres, ou seja, não basta que uma parte das mulheres ocupe posições econômicas, políticas, religiosas etc., tradicionalmente reservadas aos homens, como já se afirmou, qualquer que seja essa profundidade de dominação e exploração no que diz respeito a categoria mulheres pela dos homens, a natureza do patriarcado continua a mesma. A contradição não encontra solução neste regime. Ela admite a superação, o que exige transformações radicais no sentido das diferenças e da eliminação das desigualdades pelas quais é responsável a sociedade.

Soihet (1997) destaca que atualmente a libertação, a justiça e a igualdade dessas mulheres são pensadas mais em termos de uma ação positiva no domínio profissional e da divisão das tarefas domésticas com os homens, do que com o “reconhecimento público da maternidade como função social”.

A desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nas relações entre homens e entre mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência. (Saffioti, 2015, p.75)

Nesse contexto, a despatriarcalização visa a igualdade de oportunidades para as mulheres, mais liberdade de escolhas em relação ao seu corpo, ao que diz respeito ao seu direito que são bastante limitados e suas vozes e escolhas silenciadas não tendo oportunidades de escolhas. Combate à discriminação salarial, e principalmente a distribuição igualitária das tarefas domésticas, e principalmente a violência de gênero que afeta milhões de mulheres no mundo todo. Uma vez que mulheres frequentemente enfrentam salários mais baixos, tem menor representação na política, menor acesso à educação, e maiores taxas de violência e abuso.

Em virtude dessa desigualdade que é posta pela tradição cultural, pelas as estrutura de poder, por meio do sistema patriarcal que é cada vez mais reforçado pelo poder, poder esse que se concentra na mão de homens, e foi construído e perpetuado por séculos em razão da inferioridade das mulheres.

A despatriarcalização se caracteriza por meio da luta pela democracia para as mulheres, por direitos e representações das mulheres no poder, em decisões políticas em favor de igualdade para com as mulheres, para assim construir uma sociedade mais justa e equitativa, em que homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades e possam exercer seus direitos de forma igualitária.

É importante promover a conscientização sobre essa desigualdade, combater os preconceitos e promover políticas públicas e ações afirmativas que visem à igualdade de gênero, para assim romper com os paradigmas existentes em favor da inferioridade das mulheres, paradigmas esses que sustentam e legitimam o patriarcado, e a dominação masculina em todos as instâncias da nossa sociedade.

Portanto a boa notícia é que Lerner nos ensina que o patriarcado, como sistema histórico, tem um início na história. E que, por não ser natural – baseado no determinismo biológico –, pode ser derrubado. Pode e vai, ousar dizer. Porque apesar desta fase conservadora que vivemos no mundo, as mulheres não vão recuar. (Lerner, 2019, p.25)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, propusemo-nos a explorar a construção da mulher na família patriarcal, e o porquê da permanência de famílias com essas ideias patriarcais na nossa sociedade, e qual a razão para a permanência dessas ideologias patriarcais. A análise teve como base pesquisa bibliográficas com o intuito de analisar a construção social mulher.

A pesquisa revelou que, vivemos em um sistema patriarcal onde a classe predominante sustenta esse sistema em favor dos homens e para os homens, logo as mulheres desde os primórdios foram e são excluídas da história da humanidade, em dados históricos sobre a história da humanidade não vemos muito a participação das mulheres, e as poucas que encontramos é relacionada ao cuidado da casa ou do lar. Dessa forma as mulheres foram doutrinadas, tiveram poucas oportunidades de estudos e de contato com o conhecimento da sua própria história.

Nesse viés as mulheres foram educadas para serem doutrinadas e subordinadas a figura masculina, tendo como destaque crucial para isso a família, e em específico a família patriarcal que foi responsável para a concretização da subordinação das mulheres em favor dos homens, uma vez que, nesta família predominava o poder e a ordem masculina para com os filhos e esposa.

Diante desse fato as mulheres foram estabelecidas o papel de cuidadora do lar, além de ter como principal função a reprodução dos filhos, sendo assim a mulher foi dado o papel de esposa e responsável por cuidados com a casa e a família, enquanto o homem seria o responsável a questões externas da casa, seria o provedor e a mulher viveria exclusivamente em prol do cuidado da casa e da família.

Posto isso, foram designados papéis específicos para as pessoas, e esses papéis tiveram como base essa divisão de tarefas, que posteriormente foi designado a tarefas relacionadas a homens e mulheres, e assim sendo naturalizado como corretos, gerando assim a desigualdade de gênero entre homens e mulheres sem nenhuma historicidade, transformando assim a primazia masculina em relação as mulheres tornando-as desiguais em relação ao homem e dando mais poder a figura masculina.

Vale ressaltar que as mulheres foram e são socializadas desde seu nascimento por esse sistema patriarcal, onde é passado está educação adquirida tanto na família quanto em outras instâncias da sociedade, as meninas são socializadas em favor desse sistema patriarcal, a elas é ensinado cuidar da casa, como também são incentivadas aos afazeres domésticos relacionados com a casa, já aos os meninos não é dada essa mesma educação, a eles é ensinado que as atividades domésticas é obrigação das mulheres e meninas, no entanto ambos os sexos devem exercer este cuidado de forma igual, pois este estereótipo de dona de casa ou do lar não tem nenhuma comprovação, ambos devem exercer esta função igualmente.

A análise bibliográfica revelou que as famílias permanecem com esses ideais, porque as mulheres não tem conhecimento sobre este assunto, por não conhecerem sua própria história, e por não ter as mesmas oportunidades que o homens e principalmente por ter sido imposto a elas um papel específico com obrigações em favorecimento dos homens, tornando assim aceitos por elas sem contestar e achar que é o correto, já que as mulheres foram educadas dessa forma. Assim a ideologia que é utilizada nessas famílias, são ideologias patriarcais, baseadas nessa supremacia masculina com ideais machistas e patriarcais em favor dos homens, sendo colocados como corretos e sem questionamentos, porque diante desse sistema patriarcal essa é a forma correta de funcionar as famílias, o homem tem poder e autoridade sobre a mulher e filhos.

Concluimos que as mulheres permanecem nessas famílias por carência educacional, por negação do conhecimento da própria história, e principalmente por troca de proteção, pois em muitos casos as mulheres não tiveram as mesmas oportunidades de empregos, de estudos e acabam tendo que permanecer nessas famílias sobre o comando do marido, por ele ser o provedor do sustento daquela família.

REFERÊNCIAS

- BASSANEZI, Carla. **Virando as páginas, revendo as mulheres: relações homemmulher e revistas femininas, 1945-1964**. 1992. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo: a experiência vivida**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. [1949].
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Best Bolso, 2012.
- DIAS, Tânia Lúcia Farias. **Relações sociais de sexo na Vila Naval do Recife: o lugar da mulher na Marinha do Brasil**. 2016. 73 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9. ed. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FERNANDES, Florestan. **O Brasil de Florestan: a família patriarcal e suas funções econômicas**. São Paulo: Globo, 1977.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, 2 v. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MEDEIROS, Maria Carolina El-Huak de. **Essa fez social: narrativas sobre etiqueta, socialização feminina e aperfeiçoamento social da mulher**. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019. [2006].

PINSKY, Carla Bassanezi. **Estudos de gênero e história social**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 159-189, jan./abr. 2009.

ROMANO, Ruggiero (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SOIHET, Rachel. **História das mulheres**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.